

UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

João Henrique Rocha

Agrônomo pela UFBA e professor da EAGRO/UFRR
Mestre em Economia pela UFRGS

Doutorando em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da UFPEL
j.henrique@yahoo.com

Flávio Sacco dos Anjos

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais Agrárias da UFPEL
saccodosanjos@gmail.com

RESUMO

O trabalho busca apresentar uma análise retrospectiva da questão agrária no Brasil. Um recorte histórico foi estabelecido a partir do Brasil Colônia, resgatando o modelo colonialista agroexportador como fonte primária de valorização da grande propriedade em detrimento da pequena produção. Os momentos oportunos de realização da reforma agrária foram identificados, ao tempo em que se ressaltaram as consequências da adoção de modelos de desenvolvimento rural que desvalorizaram a agricultura familiar. As recentes políticas são consideradas, marcadamente aquelas voltadas para os assentamentos rurais. As conclusões são pela viabilidade daqueles programas, a partir dos avanços conquistados, ressaltando as fragilidades inerentes à execução governamental. A eficiência deve ser mensurada de forma dinâmica, plural, considerando as variáveis sociais, dado que a concentração da terra no Brasil ainda se constitui em grave realidade rural.

PALAVRAS-CHAVE:

Desenvolvimento Rural. Reforma Agrária. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The study search submit a retrospective analysis of the agrarian question in Brazil. A historic clipping was established from Brazil Colony, rescuing the colonialist model agroexportador as primary source of recovery of large estate at the expense of small production. The times...and of realization of agrarian reform were identified at the time in which they stressed the consequences of adopting rural development models that have devalued the family agriculture. The recent policies are considered, particularly those geared to the rural settlements. The conclusions are by the viability of those programs, from the advances achieved, apart from the weaknesses inherent in the implementation of the Government. The efficiency should be measured dynamically, plural, whereas the social variables, given that the concentration of land ownership in Brazil is still serious rural reality.

KEY-WORDS:

Rural Development. Agrarian Reform. Family Farming.

INTRODUÇÃO

A discussão em torno da questão agrária no Brasil tem suscitado acalorados debates acadêmicos e informais. Tema apaixonante que vem cooptando cérebros dos mais variados campos do saber, com posicionamentos críticos que ora se convergem e se fortalecem, ora se contrariam com entendimentos antagônicos no delineamento das atuais políticas públicas e programas de governo.

A questão agrária tem raízes históricas, como também é histórica e ao mesmo tempo atual a problemática relativa à concentração da terra no Brasil, as dificuldades da pequena produção, da pequena propriedade e do pequeno agricultor.

Tais dificuldades têm relação direta com a pobreza, com a periferia das grandes cidades, com os morros e favelas, que por sua vez encontram alternativas na violência e no comércio das drogas, atingindo a sociedade como um todo. A análise da questão agrária como um fenômeno dinâmico, por isso não

resolvido, segundo Mielitz Neto e outros (2010, p.25), atinge a dimensão social entre outras, “na medida em que contribui para a existência de anomalias na sociedade, em especial a violência na periferia das cidades e do campo”.

Todo esse processo tem como lastro a discussão em torno da reforma agrária, suas oportunidades perdidas, sua realidade e o futuro que a espera com a política de desenvolvimento de assentamentos rurais.

A ideia foi situar o leitor quanto à questão agrária no Brasil que depende da história da agricultura brasileira para a compreensão da emergência de um sistema semifeudal para o estabelecimento das primeiras relações capitalistas. Também da dinâmica em torno da organização social no campo e, finalmente, para o entendimento da passagem da transformação do capital agrícola em industrial.

O PERÍODO COLONIAL

As questões relativas ao desenvolvimento rural brasileiro, sobretudo pela herança da desigualdade social, da concentração fundiária, da concentração urbana e da pobreza no campo de uma maneira geral, podem ser explicadas historicamente pelo perfil de colonização implantado que moldaram a ocupação territorial no Brasil.

O período colonial compreendido entre o século XVI até meados do século XIX tratou de se constituir como a semente da questão agrária no Brasil, dado os interesses comerciais e exploratórios da coroa portuguesa quando desenvolveu esforços para o cultivo de espécies de mercado internacional. Mesmo no Brasil Império, culturas como cacau, café, algodão e a borracha (látex) destacam-se como principais produtos da economia agroexportadora no século XIX.

O modelo de produção, marcadamente voltado para o abastecimento do mercado europeu, foi concebido como modelo agroexportador, tendo a Colônia que exportar mais de 80% de tudo que produzia.

O sistema de sesmarias, instaurado por Portugal no Brasil Colônia, detinha para o Estado o domínio das terras, enquanto a posse era exercida pelo agricultor. Já nesse período, a exploração e o uso da terra foram destinados aos senhores de engenho em regime de exploração da economia açucareira, em detrimento principalmente da população nativa.

À luz dessa época se constituíam os elementos da economia colonial fundamentalmente associando a grande propriedade, a exploração monocultora da cana-de-açúcar e a mão-de-obra escrava. A primeira, também denominada de propriedade do tipo *plantation*, era caracterizada pela extensa área de terra, dita latifundiária, envolvida principalmente com a atividade de exploração de cana-de-açúcar, dependendo, portanto, marginalmente, da produção de alimentos e dos incipientes instrumentos de uso na lavoura e doméstico.

A monocultura inserida em um modelo de *plantation* escravista foi o *modus operandis* adotado durante quase quatro séculos para a obtenção de excedentes agrícolas destinados aos mercados controlados pela Coroa portuguesa (FILIPPI, 2005, p.36).

A agricultura familiar representada por homens livres, sem escravos, com sua própria força de trabalho, se apresenta historicamente com sua principal vocação, qual sejam a produção e exploração de cultivos alimentícios para o abastecimento dos mercados locais, haja vista os interesses exportadores dos grandes proprietários.

De uma forma geral, a classe dos pequenos produtores se constituía pelos interesses da grande propriedade em obter gêneros alimentícios, e mais ainda deixá-los dependentes dos favores dos latifundiários, dos quais deviam o empréstimo pela terra.

Há que se destacar, portanto, a opção pela grande propriedade, pelo grande proprietário, em detrimento da agricultura familiar como forma de organização social de produção.

Com a decadência do regime de sesmarias, nas proximidades do ano da independência no Brasil, em 1850, entendida como um obstáculo ao acesso às terras pelos imigrantes e os escravos libertados, encampando um mercado capitalista para a propriedade da terra.

Em 1850, foi aprovada a Lei 601, do Império (Lei de Terras) que favoreceu a consolidação da grande propriedade rural voltada a exportação, permitindo que as terras fossem adquiridas somente através da compra e por preços elevados (SILVA, 1996, p.6).

Esta objetivava formalizar a posse da terra, mediante um instrumento legal de compra e venda. Não se pode atribuir mera coincidência com a Lei Eusébio de Queiroz que proibia o tráfico negreiro. As nações mais poderosas, detentoras

do capital industrial, clamavam por novos mercados na medida em que adquirir matéria-prima e comercializar produtos industrializados seria um grande negócio.

Para Cavalcante, (2005),

A partir da criação dessa lei, a terra só poderia ser adquirida através da compra, não sendo permitidas novas concessões de sesmaria, tampouco a ocupação por posse, com exceção das terras localizadas a dez léguas do limite do território. Seria permitida a venda de todas as terras devolutas (p. 4).

Para Martins (1997) *apud* Miralha (2006*),

Era preciso, pois, criar mecanismos que gerassem artificialmente, ao mesmo tempo, excedentes populacionais de trabalhadores à procura de trabalho e falta de terras para trabalhar num dos países com maior disponibilidade de terras livres em todo o mundo, até hoje (p.17).

De fato, o comércio de terras se constituiu em mais um elemento que dificultou o acesso à terra pelo colono imigrante, haja vista os elevados preços dos negócios. Também se destaca a inacessibilidade da terra à população nativa e aos escravos. Em sentido mais ampliado, a Lei das Terras pode ser compreendida como uma determinante política de grupos poderosos que associados ao império permaneciam promovendo a concentração da terra.

Meados do século XIX constituíram o delineamento sociopolítico da questão agrária no Brasil, visto as condutas de priorização dos interesses da elite brasileira mediante a impossibilidade da apropriação dos meios de produção pelos colonos imigrantes, para então atraí-los às lavouras de café mediante o uso de sua força de trabalho. O marco legal implantado, a Lei das Terras, oficializou os interesses dos cafeicultores na relação com a mão-de-obra das lavouras, dada a iminente emancipação dos escravos e ainda atendeu aos anseios internacionais de criação de novos mercados.

Para Martins (1997) *apud* Miralha (2006) reafirma o momento agrário,

[...] surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. (p. 12).

No que se refere à transição para o trabalho livre, Cano (1997) *apud* Silva (1998, p. 05) destaca:

No Rio de Janeiro, os velhos cafezais foram liquidados. No Nordeste, a transição era quase que formal, uma vez que os antigos escravos permaneciam nas propriedades como moradores de condição. Em Minas e no Espírito Santo, a transição levou ao estabelecimento das relações de parceria em suas várias modalidades (meia, terça, etc.), e a constituição de um grande contingente de pequenas propriedades dedicadas a produção de gêneros alimentícios para a atividade urbana da região e para o abastecimento da Capital Federal. É em São Paulo que encontraremos um novo regime de trabalho – o colonato [...].

Essa passagem demarca uma nova etapa para a estrutura social no país, na medida em que desenvolve um amplo mercado de bens para a classe dos colonos; na verdade, imigrantes, cuja viabilidade do poder de compra viria através de assalariamento temporário, permitindo ainda sua subsistência em roças próprias e comercialização de excedentes em regiões mais próximas.

EM 1850 – NOVOS CENÁRIOS OLIGÁRQUICOS

O período compreendido pela segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, precisamente entre 1889 e 1930, foi dominado pela oligarquia cafeeira, com o crescimento das unidades produtivas, baseadas na mão-de-obra dos imigrantes.

Em grande medida, os imigrantes foram para o Sul do país, e, ao receberem os lotes, se inseriram no mercado, dado que teriam que pagar pelas terras recebidas. Os que se destinaram para o Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) foram obrigados a trabalhar nas fazendas de café em regime de colonato.

Em outros países que priorizaram a desconcentração fundiária como os EUA (1862), Japão (pós-2^a Guerra) ou Coreia (1950), e por isso mesmo alcançaram níveis elevados de desenvolvimento, a compreensão era de que as mudanças no regime de posse da terra proporcionariam as condições para a reprodução do capital industrial, sobretudo pela ampliação do mercado consumidor para produtos industrializados, bem como na perspectiva de aumento da produção de alimentos para o mercado interno em ampliação. Paim (1957), já analisava essa questão quando afirmava a ausência de mercado interno e a baixa capacidade de consumir produtos manufaturados.

No Brasil, nesse mesmo período, o capital industrial incipiente estabeleceu os condicionantes para a expropriação da economia cafeeira.

Deste modo, o setor industrial passou a ganhar em importância a partir do deslocamento dos recursos produtivos do setor cafeeiro para o setor industrial. Estas transferências ocorreram sempre nos momentos em que o setor cafeeiro se via imerso em crise de superprodução e queda de preços, ou mesmo quando choques externos reduziam a capacidade para se fazer importações, reduzindo-se a demanda pelas exportações e garantindo, por conseguinte, boas oportunidades para a realização de investimentos industriais (SANTOS JUNIOR, 2004, p.12).

O financiamento da indústria através do café estabeleceu elementos que impediram o choque de classes econômicas, a saber, cafeicultores e o segmento industrial em formação.

São reconhecidas as conjunções de interesses,

Entre as velhas elites e as novas elites estabelecera-se uma espécie de compromisso político, mediante o qual os industriais e os grandes comerciantes tornaram-se grandes clientes políticos das oligarquias, às quais delegaram suas responsabilidades de mando e direção, reproduzindo os mesmos mecanismos políticos que vitimavam todo o povo e impediam um efetivo desenvolvimento da democracia entre nós (MARTINS, 1997 *apud* MIRALHA, 2006, p.20).

Com a crise de 1929 na bolsa americana, que trouxe trazendo reflexos em todo o mundo, marcadamente na economia brasileira dependente das exportações de café, a classe dos grandes proprietários entra em decadência, desencadeando reformas políticas e econômicas importantes para o país.

A partir de 1930 em diante, foi se consolidando a burguesia industrial no poder, com o capital industrial se tornando hegemônico frente ao capital agrícola, sem grandes alterações na estrutura agrária.

O governo brasileiro com Getúlio Vargas implanta a política econômica de substituição das importações, com vistas a estimular a indústria em formação e o mercado doméstico em crescimento.

A crise do complexo rural e o surgimento do novo complexo cafeeiro paulista - simultâneo ao processo de substituições de importações – significaram o desenvolvimento do mercado de trabalho e a constituição do mercado interno. Foi um longo processo que ganhou impulso a partir de 1850, acelerou-se após a grande crise de 1929 com a orientação clara da economia no sentido da industrialização [...] que responderão pelo fornecimento de capital e força de trabalho na economia (SILVA, 1998, p.5).

O desempenho e o perfil da agricultura brasileira se modificam. Outras culturas passam a ter expressividade econômica, tais como o arroz, algodão, entre outras; sendo que tais modificações ocorreram com vistas a sustentar as populações urbanas em crescimento. A atividade agropecuária, agora, enfrenta os desafios das importações de insumos e equipamentos, associados à liberação de mão-de-obra para a indústria.

O perfil da elite rural passa a ocupar posicionamento secundário na estrutura social do país, uma vez que assume a supremacia o setor urbano industrial, em relação ao rural. Do ponto de vista de modificações na estrutura social agrária do Brasil, Miralha (2006) destaca os condicionantes para a realização da reforma agrária quando oportunamente se identificou conflito de interesses entre a burguesia industrial e os cafeicultores,

A esse propósito, defende o autor, a produção de alimentos em grandes proporções, com impactos nos preços de mercado, poderia provocar benefícios no poder aquisitivo dos operários consumidores, mediante os efeitos secundários de aumento de renda.

De outra ordem, em consequência desta mudança, teve início um processo de substituição dos bens manufaturados que antes eram importados pela produção nacional. Isto ocorreu a partir do momento em que o setor industrial brasileiro passou a se aproveitar da capacidade industrial instalada já existente no país, em função das primeiras políticas governamentais de incentivo à produção interna, principalmente, das políticas cambiais e tarifárias.

Do período que vai da Segunda Grande Guerra até 1950, o Brasil continua com seu processo de crescimento das cidades e das indústrias, sendo que a organização da produção agrícola passa a atender os interesses do capital industrial, sobretudo para absorver os insumos e os meios de produção, na forma de tratores, equipamentos e outros.

Os mecanismos de crédito foram acionados para que os grandes proprietários pudessem adquirir tais insumos agropecuários, mediante fortes subsídios por parte do governo.

Como instrumento desse modelo que privilegiava as grandes propriedades, o serviço de assistência e extensão rural, inteiramente voltado para os interesses do modelo de desenvolvimento adotado, entendia o homem como “coisa”, ou seja, aquele que recebe a informação tal qual de um movimento messiânico que transcende a ele próprio, afastando-o da qualidade de agente

transformador e o qualificando-o como executor de uma política na qual ele serviria como instrumento de viabilização, conforme o legado de Freire (2001). Para explicar o modelo de agricultura adotado na época, esse mesmo autor considerou a inadequada estratégia comunicativa dado que a comunicação jamais foi concebida como elemento prioritário de relações e o homem com um ser social. Assevera Freire que a relação do homem com o mundo somente avança, mediante a prática comunicativa entre iguais, não se podendo falar em dominação adjacente a artefatos comunicativos impregnados de uma ideologia dominante, revestida pela relação entre o capital industrial e agrícola.

A agricultura de pequena produção, sem estrutura de representatividade e defesa de seus interesses, avança subserviente e com dificuldades nesse mesmo período. Teimosa, segue o seu destino de produzir alimentos básicos contrariando a concentração da organização fundiária, sem apoio governamental.

Assim, no Brasil, a agricultura concebida como segmento, cuja finalidade seria financiar o capital industrial brasileiro em formação, continuaria em poder da oligarquia rural, mediante fortes subsídios, em cujo processo intensivo em capital e poupador de trabalho, manteve o custo de oportunidade baixo para as populações rurais.

O resultado foi o crescimento econômico sustentado em desigualdades, com concentrações urbanas e assimetria social.

Rocha (2010) descreve essa passagem quando defende que modelos de desenvolvimento de verdadeira transformação estrutural, que não priorizassem a modernização tecnológica sem a participação social, ou mesmo com essa participação subjugada aos interesses do progresso técnico não foram concebidos.

Ao contrário, todo o processo vitimou o homem como agente de desenvolvimento, valorizando os interesses do capital.

A PARTIR DOS ANOS 1960: A OPÇÃO PELA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Os anos sessenta são marcados por movimentos políticos importantes para o setor agropecuário, com um incipiente processo de discussão em torno das desigualdades sociais no país, marcadamente a questão que envolvia a necessidade da realização da reforma agrária brasileira.

O Estatuto da Terra, elaborado pelo governo do Marechal Castelo Branco, foi documento de destaque em prol das reformas no campo, sem que, contudo, pudesse alterar substancialmente a problemática agrária no país. O referido documento avança nas questões tributárias, progride nas ações de colonização, mas resguardam a superficialidade e a falta de vontade política, marcas do Brasil rural.

Estatuto não alterará, em essência, a estrutura fundiária do país. Isto porque não enfrentou o aspecto fundamental da estrutura agrária brasileira, ou seja, o monopólio da imensa dimensão de terra, por uma minoria de latifundiários, que explora a grande massa de trabalhadores sem ou com pouca terra (VINHAS, 1968, p.135).

Em 1963, como exemplo dos resultados em torno dos debates sobre as questões agrárias, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, que buscava inserir o trabalho rural na legislação trabalhista. À luz da época se reuniram as entidades representativas dos movimentos sociais e dos trabalhadores na defesa de um processo reformista no campo, com apoio do então Presidente João Goulart.

Tais pretensões não lograram êxito. Seguiu-se o Golpe de Estado de 1964, que estabeleceu a aglutinação de interesses da oligarquia rural com a burguesia industrial, ceifando, mais uma vez, as mobilizações em torno da reforma agrária.

Assevera-se que:

As mobilizações no período do Governo João Goulart adquiriram características de confronto e polarização crescente, levando à unificação de grande parte da burguesia em torno do golpe de Estado que se contrapunha ao movimento reformista, cortando, portanto, as perspectivas da transformação da estrutura fundiária a partir de um processo de mobilização popular (SORJ, 1986, p.23).

Ao longo desses anos, portanto, a manutenção da estrutura fundiária e a desigualdade no campo, de um lado, e a crescente necessidade de abastecimento interno e a demanda por insumos e equipamentos industrializados, de outro, se constituem-se em metas a serem alcançadas mediante a modernização tecnológica da grande propriedade e o fomento às linhas de crédito subsidiado.

Tais mecanismos são destacados por Belike Paulillo, (2001, p.157),

Com a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1964, a modernização da agricultura se tornou compulsória, integrando cada vez mais a atividade rural à dinâmica colocada pela indústria e pelo setor de serviços.

O que de fato ocorreu foi o uso do SNCR para servir aos interesses do capital industrial, na medida em que gravitam em torno dele a assistência técnica, o seguro agropecuário, a pesquisa agropecuária, e todo um amplo quadro de segmentos voltados aos interesses das agroindústrias de apoio e do complexo agroindustrial como um todo.

Também o Estatuto da Terra promulgada no primeiro governo militar, foi interpretado equivocadamente por sucessivos governos como uma linha divisória que separasse a política agrícola da reforma agrária, estabelecendo uma relação de produção com a grande propriedade no primeiro caso, e efeitos meramente compensatórios no segundo caso, segundo Rocha (2010, p.25).

Mais que isso, com o Estatuto da Terra o desenvolvimento agrícola em detrimento do processo reformista agrário, foi entendido por Bergamasco e Norder (1996) como elemento que [...] “patrocinando a ‘modernização conservadora’, alargou as desigualdades na agricultura, elevou o preço das terras agrícolas, destruiu a propriedade familiar e consolidou o latifúndio”.

Políticas de governo centradas nas exportações e geração de divisas foram priorizadas e a ênfase à redistribuição de terras foi substituída por outros mecanismos como o imposto sobre a terra, projetos de colonização, etc. Filippi (2005) reafirma esse entendimento, alegando “que os temas referentes a repartição desigual da terra no país só podem ser entendidos como tal com a dinamização de um mercado de terras de cunho capitalista” [...].

Os movimentos no segmento agropecuário são direcionados para as grandes propriedades, de tal forma que a aquisição de insumos modernos, equipamentos e máquinas agrícolas pudessem retro alimentar o complexo agroindustrial que se posicionava anteriormente à produção agrícola, na forma industrial de produzir fertilizantes, agroquímicos e maquinários agrícolas.

A relação estabelecida entre o processo de modernização da agricultura e o capital industrial se constituiu em um novo modo de produção capitalista no campo, com as bases de expansão do capital voltadas para a grande população operária assalariada e sob condições precárias de trabalho e segurança, presutando serviços às grandes propriedades, estas sob regime de pacotes tecnológicos e insumos subsidiados.

Diversos autores qualificaram esse período de “modernização dolorosa”, uma vez que os privilégios foram direcionados para os grandes fazendeiros, em estímulos para as lavouras que detivessem impacto econômico, seja no mercado externo, seja para o mercado interno em expansão.

Gonçalves Neto (1997, p.224) interpreta esse movimento,

[...] teremos, por um lado, a transformação da base técnica em boa parte do setor agrário, no que se convencionou chamar de modernização desigual: privilegiando, sobretudo os grandes proprietários de terras; as culturas voltadas para o mercado externo ou para a substituição de produtos que pesam na balança comercial; as regiões mais desenvolvidas, Sul e Sudeste, em detrimento das mais atrasadas, como o Norte e o Nordeste; e atingindo apenas uma pequena parcela dos produtores rurais, a que teve acesso ao crédito subsidiado, em torno de 20% a 25% do total.

Silva (1996) também reconhece a relação de maior proximidade e integração da agricultura e indústria, estabelecendo fases para o processo de modernização tecnológica, quando afirma:

A constituição dos Complexos Agroindustriais pode ser localizada na década de setenta, a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura. Sua consolidação se dá pelo Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR [...], (p.31).

Os resultados da modernização tecnológica da agricultura foram evidenciados basicamente pela transformação da base técnica, sobretudo pelo uso intensivo de insumos e máquinas, provocando efeitos positivos na produtividade das lavouras. Ainda de forma positiva, se registrou-se o aumento do volume de exportações, com impactos nas divisas e na balança comercial.

Do ponto de vista dos indicadores sociais, o processo de modernização trouxe profundas marcas para a história do desenvolvimento rural no Brasil, como se observa nos seguintes efeitos:

Intensificação do êxodo-rural, pois esse processo perverso abrangeu apenas o médio e grande produtor gerando assim, uma expulsão e expropriação de grande parte de pequenos produtores, meeiros, posseiros, pequenos arrendatários, etc., que ficaram abandonados sem nenhuma forma de incentivo,

e pelo fato dessa modernização se caracterizar também pela utilização de máquinas modernas nas grandes propriedades, absorvendo uma pequena parte de trabalhadores para se sujeitar ao trabalho assalariado. A maioria foi obrigada, então, a migrar para as médias e grandes cidades em busca de emprego, principalmente na indústria. Mas, a maioria, não conseguiu se incluir no mercado de trabalho urbano e acabaram excluídos, “inchando” as periferias das cidades [...] (MIRALHA, 2006, p.159).

De fato, nesses anos o crescimento da população urbana em detrimento da população rural pode ser evidenciado pela Tabela 01, com esta caindo para 32,4% em 1980, e aquela atingindo 67,6% da população brasileira.

TABELA 01

Evolução da população rural e urbana no Brasil, 1950-1980				
Anos	População rural		População urbana	
	Número	%	Número	%
1950	33.161.666	63,8	18.782.891	36,2
1960	38.987.526	54,9	32.004.817	45,1
1970	41.037.586	44,1	52.097.260	55,9
1980	38.573.725	32,4	80.437.327	67,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1950, 1960, 1970 e 1980).

O complexo movimento de modernização da agricultura, conforme ressaltam Bergmasco e Norder (2003, p.30), destacam as mazelas sociais decorrentes do modelo econômico:

[...] diversas análises sobre a modernização tecnológica da agricultura brasileira demonstram que sua expansão não conduzia necessariamente à erradicação da fome. A exclusão social deste modelo de desenvolvimento é hoje bastante conhecida, e o mapa da fome realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA [...] a partir de estimativas do IBGE indicaram na primeira metade dos anos 90, a existência de risco alimentar entre aproximadamente 32 milhões de brasileiros, sendo que cerca da metade deste total estaria vivendo na zona rural.

Os resultados do então processo da modernização conservadora da agricultura colheram a desigualdade social e a concentração fundiária, já experimentada pela história da atividade no Brasil. Adicionalmente, novos elementos surgiram para a discussão, tais como a erosão e a compactação do solo, bem como a perda da qualidade dos recursos naturais, dado os sérios danos ao meio ambiente.

O desenvolvimento aplicado ao setor rural renegou não apenas o pequeno agricultor, mas a agricultura familiar de maneira plena, considerando os artesãos, povos indígenas, povos da floresta, quilombolas, caboclos, ribeirinhos e, mais ainda, quando se consideram as questões de gênero e da juventude rural, além dos excluídos do campo.

A insensibilidade para com as questões sociais, o conjunto de estratégias e políticas adotadas se voltaram para a centralização dos investimentos, na busca pelos conjuntos populacionais e comunidades estabelecidas nos centros de maior porte, concretamente aquelas de maior amparo social.

ANOS 80 E A CONSOLIDAÇÃO DO REBOQUE, AOS ANOS DO RECOMEÇO.

Os anos que se seguiram foram marcados pelo interesse de diversas formas de capitais na atividade agropecuária, associada às menores interferências do Estado.

Do ponto de vista político, meados da década de oitenta foram marcados pelos avanços da democracia no Brasil, que resultaram em atuações mais marcantes de entidades representativas dos interesses dos agentes menos favorecidos no campo. À luz da época, a Nova República estabelece prioridades para a reforma agrária, em um regime dito democrático.

Nesse sentido, frente à baixa eficiência na alteração da estrutura fundiária e dos graves problemas sociais, surgem entidades como o MST e a CONTAG, entre outros, que se pronunciam enquanto organizações que defendem a reforma agrária no Brasil.

O primeiro PNRA desenvolvido no governo do então Presidente José Sarney foi marcado pela incipiente implantação de assentamentos rurais. Em seu governo, o Estado se viu diante de um processo falimentar de hiperinflação e inércia para com as questões agrárias brasileiras, haja vista o cumprimento de apenas 10% da meta prevista para os assentamentos rurais.

O desenvolvimento desse processo foi fortemente pressionado por ações políticas contrárias, com amparo da legislação agrária, marcadamente a Constituição de 1988. A despeito de essa Lei contemplar a apropriação para a reforma agrária de terras improdutivas, as forças conservadoras conseguiram evitar que essas ações tomassem fôlego e efetividade.

Os diversos formatos de atuação do capital, muito além dos setores agroindustriais, avançam sobre as perspectivas de ganhos sobre o modelo urbano-rural que muda, transformando a propriedade da terra em interesse de vários setores da economia.

O cenário da época para muitos compreendia que a modernização tecnológica da agricultura doméstica e a expansão dos complexos agroindustriais trazendo os processos da produção integrada para os mercados internos e para a exportação, seriam razões de elevada suficiência para o arrefecimento do processo de reforma agrária no Brasil.

Sobre a constituinte de 1988, se salienta-se que:

[...] procurou-se avançar uma legislação que permitisse expropriação por interesse social e sumária de terras improdutivas, o que terminou em fracasso total. As forças conservadoras conseguiram vetar qualquer mudança relevante na legislação e impuseram uma legislação mais regressiva que a herdada dos militares (SORJ, 1998, p.29).

No governo de Fernando Collor de Melo se configura a supremacia da elite latifundiária que permeia a política nacional e a “derrota” dos movimentos populares no final da década de 1980 e início da década de 1990, dado a condução neoliberal de regime político.

Nesse sentido se verificou que a reação humana não se consolidou, como se observa na análise de Ferreira e outros (2011, p.182):

Sobre o período do governo Collor não há muito que falar. Desde o estardalhaço

da entrada, passando pela crise política marcada pela Comissão Parlamentar de

Inquérito (CPI) até o processo de impeachment, não houve implementação de política fundiária: o programa de assentamentos foi paralisado; os assentamentos existentes foram abandonados; o Incra foi desarticulado pela reforma administrativa; as desapropriações ficaram bloqueadas pela falta de regulamentação dos dispositivos constitucionais; não ocorreu

nenhuma desapropriação de terras por interesse social para fins de reforma agrária. O conflito no campo sofreu agravamento e cresceu o número de ocupações de terras improdutivas. A forte repressão do Estado aos movimentos sociais também caracterizou o período.

A despeito dessa condução política, há que se destacar a condução dos movimentos em favor da reforma agrária, que de alguma forma reúne esforços para a continuidade dos movimentos. As derrotas políticas não foram suficientes para o enfraquecimento do movimento, que segue crescendo na forma de ocupações e acampamentos pelo país. Em meados da década de 90 o MST passa a ter maior visibilidade, ocupando propriedades em São Paulo que acaba por sensibilizar a opinião nacional.

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso nos anos 90, foi implementado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com o objetivo de fomentar e defender os interesses da agricultura familiar no Brasil. Nesse governo, as dimensões sócioas produtivas da agricultura familiar são intensificadas através dos processos de desapropriação de terras, elevando o número anual de famílias assentado para 584.301 em área de 19.737.300 hectares, quantitativo muito superior a qualquer dos governos anteriores, conforme pode ser observado na Tabela 02.

TABELA 02: Brasil: quantidade de terra distribuída e/ou legalizada, famílias assentadas e tamanho médio dos estabelecimentos (1964-1998)

INTERVALO	PERÍODO POLÍTICO	QUANTIDADE (ha)	FAMÍLIAS	ha/FAMÍLIA
1964 - 84	Regime militar	13.851.395	77.465	178,8
85 - 89	Nova República	4.505.788	83.687	53,8
90 - 92	Fernando Collor	2.581.766	42.516	60,7
93 - 94	Itamar Franco	743.957	14.365	51,8
95 - 2001	Fernando Henrique	19.737.300	584.301	33,8

Fonte: INCRA (2002)

Martins (1997) elabora uma crítica ao MST e a CPT, salientando que, esses se constituíram em grupos de mediação pela reforma agrária, permeados

pela ideologia da classe média. No seio da discussão estão os trabalhadores rurais, posseiros, meeiros, arrendatários e outros que de fato trabalham a terra como meio de produção, e de outro, defensores intelectuais da reforma agrária, cujos interesses nem sempre são coincidentes.

Com essa contrariedade o que se observa foi um desencontro entre a reforma agrária idealizada por mediadores da luta pela terra e um amplo projeto de reforma agrária defendida pelo Estado.

Destaca-se que:

O desencontro está, sobretudo, no fato de que MST e a Igreja Católica conseguiram colocar a questão agrária na agenda do Estado Brasileiro e, ao mesmo tempo não legitimam essa inclusão. Não legitimam ao se recusarem a aceitá-la como fato político, que tem como implicação necessária e inevitável a negociação e o acordo quanto à viabilidade, à extensão, à forma e à qualidade da reforma. [...] (MARTINS apud MIRALHA, 2006, p.25).

Continua o autor ressaltando que o MST e a Igreja, pela dificuldade do diálogo com o governo federal, acabam dificultando a realização de uma reforma agrária no Brasil, mas reconhece que os projetos de assentamentos rurais implantados são decorrentes da defesa da causa por aqueles grupos.

Nesse sentido o desenvolvimento rural jamais adquiriu o caráter regionalizado e apropriado pelos seus agentes mais legítimos defendidos por Sepúlveda, (2005, p.33), a saber,

[...]“a transferência de poder político para os governos locais; a redistribuição do acesso aos processos de tomada de decisões e a distribuição equitativa das oportunidades geradoras de emprego e renda, de acordo com a heterogeneidade existente nas populações humanas em termos geracionais, étnicos, econômicos e de gênero”.

O desenvolvimento regional não adotou a população local como referencial obrigatório, com a sua real possibilidade de transformar o meio em que vive. O poder político-institucional não se sustentou no processo democrático, entendida como a capacidade de representação dos diversos grupos de interesse que por sua vez estarão intrinsecamente ligados à captação e transferência de recursos para os diversos projetos, programas e investimentos a serem alocados para a região.

Assim, as regiões produtoras não assumiram o papel de agente ativo, e permaneceram sedentas da descentralização do poder político para nutri-la do germe correspondente à autonomia relativa aos fatores determinantes do seu próprio desenvolvimento econômico e social.

No que tange ao capital humano, aqui compreendido quanto às habilidades, conhecimentos e saberes que podem, em conjunto, determinar não somente o valor, mas a distribuição dos benefícios gerados pela produção, não se profissionalizou no meio rural, ao invés disso, a prioridade urbana sempre carregou a reboque os interesses do campo, determinando o futuro dos seus povos e de suas atividades.

Com esse pensamento, o enfoque às tecnologias tradicionais que derivam de um acervo de conhecimentos empíricos, jamais assumiu importância econômica, razão para sua não validação. Em decorrência disto, o distanciamento para com as populações ou comunidades tradicionais, historicamente detentoras do legado de conhecimentos básicos de gestão e utilização dos recursos naturais, jamais se converteram em princípios básicos causadores de impactos ambientais menores.

Ainda em relação ao meio ambiente, a ação histórica desenvolvimentista nunca considerou o complexo da biodiversidade e os insumos naturais como determinantes da capacidade produtiva de determinados territórios, ou seja, o seu capital ambiental.

O que se observou foi o comprometimento da qualidade dos recursos naturais, com deterioração do solo, das florestas, dos recursos hídricos, e particularmente do respeito às comunidades e às suas culturas e formas de vida.

UMA AVALIAÇÃO DO PERÍODO MAIS RECENTE

O fato é que mesmo em anos mais recentes a concentração da terra no Brasil ainda representa um problema sem solução. Leite (2005) ilustra a severidade da realidade fundiária com o relato do índice do Gini em (0,9), lembrando que a proximidade da unidade revela concentração absoluta; e em sua decorrência os conflitos pela posse da terra. Hoffman (2002) observa que não há tendência de redução da desigualdade da posse da terra no Brasil (Tabela 03), sendo esta fortemente correlacionada com a desigualdade da distribuição

de renda no setor agropecuário. Os dados demonstram que o índice já foi menor em 1992 (0,831) vis-à-vis 1998 (0,843), segundo o INCRA; e que também já foram menores em 1920 (0,798) vis-à-vis 1995/6 (0,857), segundo o IBGE.

TABELA 03: Índice de Gini da distribuição da posse da terra no Brasil, com base nos Censos Agropecuários do IBGE (1920-1995/96) e nos cadastros de imóveis rurais do INCRA

Ano	ÍNDICE de GINI	
	IBGE	INCRA
1920 ¹	0,798	-
1940 ¹	0,826	-
1950 ¹	0,838	-
1960 ¹	0,836	-
1967 ²	-	0,836
1972 ²	-	0,837
1975 ³	0,855	-
1978 ²	-	0,854
1980 ³	0,857	-
1985 ³	0,858	-
1992 ²	-	0,831
1995/96 ³	0,857	-
1998 ²	-	0,843

Fonte: ¹Hofmann (1971); ²Hofmann (1998); ³Hofmann (2002);

A tabela 04 ilustra a referência entre a ocorrência de conflitos e a constituição de assentamentos, revelando que o motor das desapropriações foram os conflitos pela posse da terra, na maioria absoluta dos casos.

TABELA 04:** Assentamentos de Acordo com a Ocorrência de Conflitos pela Posse da Terra

	Com conflito	Sem conflito	Total de projetos
Regiões de estudo*	88	4	92
* Estudo realizado por Leite e outros (2004); ** Tabela adaptada.			

Conflitos esses bastante amenos, diga-se de passagem, e até consideradas reformas agrárias convencionais, que, segundo Sparovek (2003, p.9) “são aquelas realizadas dentro dos marcos legais existentes ou dos acordos entre as diversas forças sociais, sem a ocorrência de rupturas, [...] não alterando significativamente o perfil de distribuição da propriedade da terra”.

O Brasil rural, portanto, é resultante de um processo histórico que foi traduzido desde a sua origem até os dias atuais pela concentração não apenas da terra, mas também dos recursos e da riqueza e da apropriação da força de trabalho como ferramenta capaz de ser mensurada como valor; com o Estado acentuando as desigualdades, muito embora não se possa negar mais recentemente o aumento quantitativo da produção dada à redefinição das bases tecnológicas, conforme Rocha (2010).

A Tabela 05 mostra claramente que o grau de concentração em número e área de imóveis; dessa forma, propriedades com até 25 ha correspondem a mais de 50% do total, embora representem 6,3% da área total.

TABELA 05: – Brasil: estrutura fundiária (2003)

Estratos de área total (há)	Imóveis	% Imóveis	Área total (há)	% Área	Área média (há)
Até 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8	5,69
10 – 25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,21
25 – 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,28
50 – 100	485.482	11,5	33.630.240	8,0	69,27
100 – 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8	207,63
500 – 1000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,42
1000 – 2000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,83
Mais 2000	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,82
Total	4.238.387	100,0	420.345.362	100,0	99,18

Fonte: INCRA (2004)

Os movimentos migratórios mais recentes no campo, muito embora os dados da PNAD (2006) e do Censo (2007) indiquem redução de fluxo populacional do campo para os grandes centros, nem de longe resultam em interpretações que demonstrem a superação desse grave problema social, não obstante possam sinalizar os primeiros resultados de políticas sociais de transferência de renda e viabilidade da pequena produção no meio rural.

Não obstante, o cenário da produção agropecuária brasileira, a despeito de todas as vicissitudes e desafios anteriormente descritos, tem se endividado com a agricultura familiar, categoria na qual estão incluídos os assentados. Teimosa e surpreendente tem sido responsável por cerca de 70% dos alimentos do consumo básico da população brasileira. Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA demonstram que, em 2005, a participação das cadeias produtivas da agricultura familiar representou mais de 30% do Produto Interno Bruto – PIB agropecuário.

Por outro lado, já com o Governo Lula, o PNRA 2004-07 tem a expectativa de elevação da demanda por alimentos, em virtude das políticas sociais

em andamento. Em tese, a produção de alimentos seria contemplada pela agricultura familiar assistida, com destaque para os assentamentos rurais. Nestes a visão territorialista é proposta, considerando as características das condições de vida, geracionais, culturais e de gênero.

[...] planos regionais e estaduais, de tal forma que a estratégia de desenvolvimento rural nele contida possa, no diálogo democrático e criativo, com as diversas instituições, entidades e movimentos desdobrar-se em planos territoriais que integrem e potencializem as ações de diferentes esferas de governo e seus respectivos órgãos. (BRASIL/MDA, 2003, p. 6).

Em sendo assim, para a transformação do rural que se deseja, não na qualidade do “novo rural” conceitual, mas no rural fundamentado nas raízes e em respeito as suas origens, dar-se-á mediante o fortalecimento da autonomia social, política e econômica das comunidades rurais em seus territórios; na perspectiva de superar a dicotomia do urbano em relação ao rural, confundindo-os e estabelecendo uma relação de dependência entre ambos, e ao mesmo tempo preservando as características do meio rural.

Sobretudo, uma atividade agropecuária que valorize as forças e os agentes endógenos, de tal forma que a escolha do processo, do instrumento e da forma, seja compartilhada com as comunidades populares.

Superando, por assim dizer, a exclusividade dos parâmetros produtivistas substanciados nos interesses econômicos, para novos paradigmas em que sejam consideradas a cultura, a história, ou de outra forma, perceber o mundo mediante a ótica da coletividade e do bem comum.

O aspecto ideológico, entretanto, não deve perder de vista de que os recursos aplicados à reforma agrária são públicos, portanto disputam outras áreas prioritárias como educação e segurança, e precisam convencer a sociedade de sua viabilização. Não são poucos os autores e entidades em sua defesa.

Os assentamentos rurais, enquanto expressão mais nítida da reforma agrária no Brasil, devem, em parte, responder a tais indagações.

CONCLUSÃO

A partir da revisão histórica da questão agrária no Brasil, foi possível reconhecer as bases de uma estrutura fundiária que privilegiou e priorizou a grande propriedade, até os momentos mais recentes, que acabaram por provocar as graves consequências socioculturais, econômicas e políticas que afligem a população brasileira mais carente, em especial as comunidades rurais.

Na contramão desse modelo, a agricultura familiar nunca esteve ausente dos sistemas agrários no Brasil. Se sua ocorrência marginalizada lhe foi imposta por modelos excludentes de desenvolvimento, seus compromissos com a produção de alimentos nunca lhe faltou. Nas periferias das grandes propriedades a pequena produção nasceu e sobreviveu produzindo alimentos básicos, inicialmente para o abastecimento das mesmas grandes propriedades que lhes expropriavam, posteriormente para o mercado das cidades que oportunamente surgia.

Com a vocação estabelecida, a agricultura familiar foi se desenvolvendo sem políticas públicas que promovessem seu fomento e crescimento sustentado. Em suas várias formas, se integrada à indústria, inserida nos modelos cooperativos, ou mesmo nas expressões mais tradicionais de produção, a retórica governamental permaneceu defendendo a agricultura empresarial, que por muito tempo foi entendida como modelo de sucesso, haja vista sua compreensão adaptada de agribusiness.

As consequências desse modelo produtivista são conhecidas. Do ponto de vista social, as mazelas e as periferias das grandes cidades; do ponto de vista ambiental, o comprometimento de recursos naturais que se convertem em perdas de inestimável valor, em alguns casos sem recuperação, como aquelas voltadas para a biodiversidade; do ponto de vista étnico e cultural, o desarranjo de comunidades complexas, históricas, herdeiras legitimadas do muito que temos e do muito que somos.

Mais recentemente o quadro das questões agrárias vem mudando. A criação dos ministérios do desenvolvimento agrário, do meio ambiente e de outros voltados para as classes menos favorecidas no campo e na cidade, evidenciam, ainda que tardiamente, a valorização dos mais vulneráveis.

REFERÊNCIAS

BELIK, W.; PAULILLO, L.F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S.P. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

BERGAMASCO, SMPP, and Luiz Antônio Cabello NORDER. A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política. **São Paulo: Terceira Margem** (2003).

BERGAMASCO, S.M.P.P; NORDER, L.A.C. **O que são os assentamentos**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 87 p.

BRASIL (MDA). **Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília: MDA, 2003.

CAVALCANTE, J. L. A lei de terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Histórica**, São Paulo, n 2, jul 2005. Disponível em:

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>. Acesso em: 04 fev 2010.

Censo (1º) da Reforma Agrária no Brasil. INCRA/Crub/UnB (1997). In: **estudos avançados**. São Paulo, USP, vol.11, nº 31. set/dez.

CENSO. **Contagem da população 2007**. IBGE, Rio de Janeiro, 2007.

FERREIRA, B.; ALVES, F.; CARVALHO FILHO, J. J. de. Constituição Vinte Anos: caminhos e descaminhos da. volume 3. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_17/volume02/06_capt03.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 17 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2001.

FILIPPI, E.E. **Reforma agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: HUCITEC, 1997.

Hoffmann, Rodolfo. **Contribuição à análise da distribuição da renda e da posse da terra no Brasil**. ESALQ, 1971.

Hoffmann, Rodolfo. **A estrutura fundiária no Brasil de acordo com o cadastro do INCRA**: 1967 a 1998. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, Brasil (1998).

HOFFMANN, Rodolfo *et al.* A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 213-235, 2002.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; FAO. Food and Agriculture Organization (FAO). **Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais**. Brasília, 2002. 40 p.

INCRA. Plano Regional de Reforma Agrária de 2004 – 2007: Rio Branco-AC, 2004.

_____. Dinâmica econômica, assentamentos rurais e desenvolvimento regional: evidências a partir de seis estados brasileiros. In: **Assentamentos rurais: impasses e dilemas**. São Paulo: INCRA, 2005. cap.3, p.117-170.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L; et al (coord.). **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Editora UNESP, 2004.

MARTINS, J. de S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉ-DILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MIELITZ NETO, C. G. A.; MELO, L. M.; MAIA, C. M. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. 81p.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de Reforma. **Revista NERA**. Presidente Prudente, Ano 9, n. 8, pp. 151-172 Jan./Jun. 2006.

PAIM, Gilberto. **Industrialização e economia natural**. [S.l]: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Acessado em 08 de junho de 2008 e disponível no endereço eletrônico: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/default.shtm>. 2006

ROCHA, J.H. de M. V. Políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e educação técnica: uma reflexão. **Caderno de Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional**, Boa Vista, n. 27, 2010.

SANTOS JUNIOR, J. A. **Industrialização e modelo de substituição de importações no Brasil e na Argentina**: uma análise comparada. 2004. 89f. Monografia (Graduação) - Curso de Economia, Departamento de Ciências Econômicas, UFSC, Florianópolis, 2004.

SEPÚLVEDA, S. **Desenvolvimento Sustentável microrregional**: métodos para planejamento local. Costa Rica: IICA. 2005.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

SILVA, J.G.da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, IE/ Unicamp, 1996.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003.

SORJ, B. **Estado e classes na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

SORJ, B. **Reforma agrária em tempos de democracia e globalização**. In: Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 1998. pp. 23-40.

VINHAS, M. Problema agrário – camponeses do Brasil – 1968. In: _____. **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional 1500 – 1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.